



Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

If there was equality: a perception of indigenous groups and riverside communities of the Altamira region about the project hydroelectric dam of Belo Monte

Cecília Campello do Amaral Mello – Doutora em Antropologia Social (UFRJ); professora adjunta do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). E-mail: ceciliamelobr@gmail.com

Resumo

A partir de pesquisa de campo na região de Altamira (PA), este artigo analisa a perspectiva dos grupos sociais mais atingidos pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – as comunidades indígenas e ribeirinhas da região – buscando entender os sentidos que estes grupos atribuem aos impactos potenciais da obra e do funcionamento da Usina em seu modo de vida. Através de entrevistas com representantes dos grupos indígenas e ribeirinhos da região de Altamira (Juruna e Xipaya) e das redações de crianças da zona ribeirinha, a presente investigação, realizada em agosto e novembro de 2009, buscou atentar para os critérios, lógicas e racionalidades próprias a esses grupos sociais em seu exercício de produção de uma *contra-expertise* nativa, em oposição ao saber técnico associado ao chamado “empreendedor”, produzido por consultores contratados e pelo Estado.

Abstract

Based on a field research in Altamira (PA), this article analyzes the perspective of the social groups that are most affected by the project of Belo Monte hydroelectric dam and plant – the indigenous and riverine communities of the region – trying to understand the meanings that these groups attach to the impacts of the enterprise and operation of the plant for their way of life. Through interviews with representatives of indigenous and riverside groups of the Altamira region (Juruna and Xipaya) and the essays of riverine children, this research, conducted in August and November 2009, tried to understand these social groups’ criteria, logics and rationality in pursuit of producing a native counter-expertise as opposed to technical knowledge associated with the so-called “entrepreneur,” and produced by hired consultants and by the State.

Palavras-chave

Conflito ambiental. Avaliação ambiental. Hidrelétrica de Belo Monte. Xingu. Crianças ribeirinhas. *Contra-expertise*.

Keywords

Environmental conflict. Environmental study. Belo Monte hydroelectric dam. Xingu river. Riverine children. Counter-expertise.

INTRODUÇÃO

O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem suas origens na década de 1970, quando a recém-criada Eletronorte – subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras/Eletronorte na Amazônia Legal – iniciou os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, concluído em 1980. Para o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu, foram então previstos sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW), metade da capacidade instalada nas hidrelétricas brasileiras à época. Estas usinas representariam o alagamento de mais de 18 mil km² e atingiriam milhares de índios, num total de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região. A Usina de Belo Monte, então denominada Kararaô, teria uma potência instalada de 11 MW e faria parte do Complexo Hidrelétrico de Altamira, que incluía ainda a Usina de Babaquara (6,6 mil MW), a ser instalada no rio Xingu, a montante do município de Altamira.

A Hidrelétrica de Belo Monte tem suas origens, portanto, nos quadros do desenvolvimentismo autoritário característicos do período ditatorial brasileiro (1964-1985), em que o investimento em grandes obras de infraestrutura obedecia uma lógica de reordenamento territorial que visava à integração da Amazônia ao restante do país, através de: (1) construção de rodovias (Transamazônia, Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho); (2) políticas de colonização para promover sua ocupação, uma vez que se concebia a região como um enorme “vazio populacional”; e (3) grandes projetos de geração de energia que alimentavam a exploração dos recursos naturais abundantes na região, particularmente a exploração madeireira e mineral¹.

Desde então, muito e pouco mudou. Se os ganhos da democracia durante o processo de abertura política e os oriundos da Constituição de 1988 permitiram que a sociedade civil organizasse um processo de luta e resistência sem paralelo em defesa dos povos do Xingu, hoje o que se observa é a retomada de um projeto historicamente controverso, com sua aprovação à revelia da legislação ambiental, das Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário², da medida cautelar impetrada pela OEA, enfim, de todas as tentativas da sociedade civil de salvaguardar direitos e impedir um desastre socioambiental de grandes proporções.

¹ Para uma análise recente lúcida sobre o tema, cf. CARVALHO (2010).

² Uma das mais graves violações dos direitos humanos detectada durante a Missão Xingu, da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHESCA, foi a não realização das Oitavas Indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002, que garante aos indígenas o direito de serem informados de maneira objetiva sobre os impactos da obra e de terem sua opinião ouvida e respeitada.

Podemos creditar o abandono do projeto original de aproveitamento integral da Bacia do rio Xingu, em grande parte, à forte resistência dos grupos indígenas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, Igreja Católica e partidos políticos de esquerda durante a década de 1980 – cujo ápice foi o Grande Encontro dos povos Indígenas do Xingu, ocorrido em fevereiro de 1989, em Altamira (PA). Porém, o projeto ressurgiu em novos moldes nos planos governamentais durante o 2º Governo Fernando Henrique, no final da década de 1990, quando o MME anunciou um plano de emergência no valor de US\$ 30 bilhões para aumentar a oferta de energia no país, tendo como justificativa a então “crise do apagão”.

Este plano incluía a construção de 15 usinas hidrelétricas, entre as quais o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, como ficou conhecida a antiga Usina de Kararaô. Com projeto técnico remodelado pela Eletronorte de modo a tornar-se mais palatável a ambientalistas e investidores estrangeiros, reduziu-se as dimensões do reservatório da usina, de 1.225 km² para 400 km² e projetou-se a construção de uma usina a fio d’água, com turbinas bulbo, tecnologia supostamente mais eficiente e menos impactante. Nos dois governos Lula, o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi definido como obra de prioridade máxima do PAC, e todos os esforços governamentais foram no sentido de sua aprovação a qualquer custo.

As mudanças tecnológicas no projeto da UHE Belo Monte tiveram como objetivo central evitar a inundação de Terras Indígenas (TIs), o que, à primeira vista, alguns interpretam como um mérito do projeto. No entanto, trata-se de uma mudança inócua ou que conduz, na prática, a uma outra forma de impacto, tão ou mais grave: ao invés de terem as terras inundadas, os povos indígenas que aí vivem terão seu rio esvaziado. Esta alteração no projeto supostamente impediria, do ponto de vista dos defensores do projeto, que os povos indígenas que vivem no entorno da usina fossem considerados *atingidos*, assumindo-se a lógica da “concepção hídrica” de *atingido* adotada pela Eletrobras. Segundo Vainer (2003, p.4-5), a *concepção hídrica* é aquela que identifica *atingido* e *inundado*:

Mesmo quando reconhece os não proprietários – isto é, os ocupantes, posseiros, meeiros, etc. – esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada [...]. Na prática, a consequência da *concepção hídrica* tem sido a sistemática omissão diante dos efeitos do empreendimento na vida de populações não atingidas pelas águas, efeitos que podem ser, e em muitos casos são, dramáticos (VAINER, 2003, p.4-5).

Ao invés de alagar as Terras Indígenas, com o desvio do curso do rio, o projeto atual prevê a diminuição brutal da vazão do rio Xingu no trecho de 100 km da Volta Grande do Xingu, onde há duas TIs, além de uma série de comunidades ribeirinhas, que obviamente serão afetadas de maneira drástica – não pelo excesso de água, mas pela falta desta. Segundo os próprios relatórios técnicos do IBAMA³ sobre o EIA⁴, antes não havia garantias de manutenção da biodiversidade, da navegabilidade do rio, da reprodução de espécies, da qualidade da água e da viabilidade da pesca, do comércio e, portanto, das relações sociais em geral. O desvio do rio Xingu impede, na prática, a existência física e social dos grupos que vivem em seu curso, uma vez que seu modo de vida é altamente dependente da existência de um rio íntegro que permita a coexistência de usos diversos.

Desde o lançamento do PAC, em janeiro de 2007; e do PAC 2, em março de 2010, os governos Lula e o atual governo Dilma atuaram incansavelmente no sentido de criar o que se chama um “ambiente favorável aos investimentos” nas obras e projetos definidos como prioritários. Duas frentes de atuação do governo se destacam neste sentido: a primeira seria a disponibilização de recursos públicos à iniciativa privada através de financiamento direto, subsídios, isenções e créditos – em que se destaca o papel central e estratégico do BNDES. A segunda seria o esforço de enfraquecimento dos dispositivos de regulação ambiental e social – especificamente do licenciamento ambiental – através de estratégias de flexibilização da legislação ambiental, indigenista e relativa às populações tradicionais; da desqualificação do aparato técnico estatal responsável pela gestão socioambiental (IBAMA, CONAMA, FUNAI, entre outros) e do cerceamento, por parte da AGU, da atuação do Ministério Público enquanto instância que vem procurando preservar a integridade da legislação e dos direitos que vêm sendo aviltados no processo automático e autoritário de aprovação das licenças ambientais para grandes projetos.

Em diferentes ocasiões, o governo Lula expressou o fato de que entende a legislação ambiental como um “entrave para o desenvolvimento” e a solução para este “entrave” seria a desregulação dos aparatos administrativo e legal responsáveis pela gestão da questão ambiental. Além do governo federal, instituições financeiras internacionais como o BID vêm produzindo análises sobre o “ambiente de financiamento” e as “oportunidades para atrair investidores” que culpabilizam o licenciamento ambiental como fonte de incertezas que

³ Cf. IBAMA. Parecer 114/09. COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 23 de novembro de 2009.

⁴ Eletrobras, MME, Leme Engenharia, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht, 2009.

prejudicariam a atração de investimentos e penalizariam a sociedade brasileira como um todo. Documento do Escritório do Banco Mundial no Brasil, de março de 2008, intitulado “Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate”, define o licenciamento ambiental como um “grande obstáculo” ao crescimento econômico⁵. O documento afirma que “as incertezas geradas pelo processo de licenciamento ambiental” (p. 6) se traduziriam num aumento do “risco de natureza ambiental e social” para os investidores e redundariam num aumento das tarifas cobradas do consumidor final. Afirma o documento:

O não-aproveitamento da oportunidade para atrair investidores, em decorrência das deficiências gerenciais associadas às decisões políticas e burocráticas envolvidas no licenciamento ambiental, é prejudicial a todos os brasileiros (os quais têm que pagar as contas de eletricidade). Os riscos de natureza ambiental e social – seja para obtenção das três licenças exigidas, à incertezas nos custos de mitigação – geram riscos para os investidores, os quais levam a tarifas mais altas para os consumidores. Um aumento de risco, independente de sua origem, se traduz em uma maiores expectativas de retorno. As incertezas regulatórias se traduzem em custos mais altos para os consumidores de energia e para a sociedade brasileira em geral.” (BANCO MUNDIAL, 2008, p.13).

Ora, qual a incerteza gerada pelo processo de licenciamento ambiental tão temida e esconjurada pelos investidores, pelo governo brasileiro e pelo Banco Mundial? A incerteza inerente a um processo de tomada de decisão que se queira democrático. O licenciamento ambiental, tal como atualmente regulamentado, é um dos poucos processos de decisão política em que a participação da população está prevista, por limitadas que sejam as audiências públicas. Este processo de consulta e de levantamento das objeções trazidas pela sociedade civil devem, segundo consta na lei, ser levados em conta pelo órgão responsável pela emissão das licenças.

Em outras palavras, os técnicos responsáveis podem e devem indeferir a licença, quando a sociedade analisa que os danos sociais e ambientais de um determinado projeto são mais importantes que seus benefícios⁶. O risco a que

⁵ O documento inicia com a seguinte afirmação: “O licenciamento ambiental de projetos hidrelétricos no Brasil é considerado como um grande obstáculo para que a expansão da capacidade de geração de energia elétrica ocorra de forma previsível e dentro de prazos razoáveis, a qual, por seu turno, representaria séria ameaça ao crescimento econômico” (Cf. Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate (Em Três Volumes) Volume I: Relatório Síntese. Brasília, Escritório do Banco Mundial no Brasil, 28 de Março de 2008, p.6).

⁶ Nos casos das UHEs do rio Madeira e da UHE Belo Monte houve pareceres de técnicos do IBAMA atestando a inviabilidade de ambos os projetos e uma série de pedidos de demissões de técnicos e diretores que se recusaram a assinar pareceres com os quais não concordavam.

se refere o documento do Banco Mundial é, portanto, o “risco democrático”, o risco de que a sociedade decida – amparada pela legislação pertinente – não se submeter a um tipo de investimento econômico que ela entenda que, em última instância, trará consequências danosas para si. Evidencia-se como inconcebível para os grandes investidores aliados ao governo e às IFIs uma sociedade capaz de recusar investimentos que não considere condizentes com um modelo de desenvolvimento justo e sustentável.

1 ANTECEDENTES

O trabalho ora apresentado não se inscreve na tradição da pesquisa antropológica *strictu sensu*, baseada num trabalho de campo de média ou longa duração, com estabelecimento de residência efetiva junto aos grupos estudados, como prezam os cânones da disciplina⁷ e defende esta autora. A presente contribuição assume todos os limites inerentes a uma pesquisa realizada a partir de um trabalho de campo de curta duração, estruturado em torno de entrevistas, mas entende que mesmo em condições não-ideais é possível se desenvolver uma pesquisa antropológica que vise conhecer o ponto de vista nativo sobre temas que lhes dizem respeito diretamente. Este artigo se propõe a desenvolver uma espécie de exercício “impossível”: conhecer o que os grupos indígenas mais afetados por Belo Monte teriam a dizer sobre a obra, se lhes fosse dada essa oportunidade.

Os métodos tradicionais de avaliação de impacto são, via de regra, produzidos por pesquisadores contratados pelas empresas interessadas ou por consultorias a serviço daqueles que desejam ter sua obra licenciada. Esses trabalhos são geralmente elaborados a partir da sistematização de fontes secundárias combinadas a dados estatísticos superficiais. Os trabalhos mais consistentes dessa linha são aqueles que trazem dados de campo produzidos por pesquisadores especialistas nos grupos indígenas em questão. O problema é que, por mais bem intencionados que sejam esses pesquisadores, e por mais fidedignas que sejam suas investigações sobre os grupos potencialmente atingidos, seus pareceres são apenas mais um elo de uma rede atravessada por relações de poder que ultrapassam em muito a esfera de ação do pesquisador. Ao fim e ao cabo, pode-se produzir um excelente parecer antropológico, mas

Tais protestos foram sumariamente ignorados pelos sucessivos presidentes do IBAMA, que assinaram as licenças à revelia de seu próprio corpo técnico. O efeito disso se observa na atual desmoralização do órgão ambiental e na desqualificação da autoridade de seus quadros durante os processos de licenciamento, em que a decisão final já havia sido tomada e imposta “de cima para baixo”.

⁷ Malinowski (1922) e Evans-Pritchard (1950).

este cairá nas engrenagens de um processo de licenciamento controlado por outros sujeitos, que o instrumentalizam como um rito sumário no sentido da aprovação a qualquer custo do projeto em questão. O pesquisador não tem, portanto, quaisquer margens de manobra ou possibilidade de controle sobre a sua contribuição, que acaba melancolicamente tendo o efeito não intencional de legitimar um processo de tomada de decisão previamente definido.

Se houvesse real interesse em levar em conta o parecer dos grupos indígenas, estes deveriam ser os primeiros a serem escutados, e seu parecer deveria ser a base para qualquer decisão sobre grandes obras na Amazônia. Afinal, ninguém conhece melhor as dinâmicas socioambientais da região do que os grupos indígenas e ribeirinhos que historicamente ocupam esta área. Assim, a pergunta que orienta este artigo é: se os grupos indígenas afetados por Belo Monte pudessem ser ouvidos, o que teriam a dizer sobre esta grande obra? Posto de outro modo: quais critérios os povos indígenas e ribeirinhos definem como centrais, em seus próprios termos, para o processo de avaliação ambiental associado à tomada de decisão sobre o destino dos usos do rio Xingu?

Este artigo nasceu como uma espécie de desdobramento de minha inserção em dois projetos: um projeto de investigação e intervenção social desenvolvido pelo IPPUR-UFRJ e pela FASE – o Projeto Avaliação de Equidade Ambiental⁸ – e o Projeto Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, da Plataforma DHESCA⁹. Estando em Altamira e na Volta Grande do Xingu em agosto e novembro de 2009, momento de retomada do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, e tendo entrado em contato com alguns integrantes dos grupos indígenas e ribeirinhos que seriam impactados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, uma vez concedidas as licenças ambientais que a viabilizariam, realizei entrevistas com indígenas Juruna e Xipaya, visando obter um registro de suas percepções dos impactos e de suas indagações sobre as consequências que a implantação da Usina traria em suas vidas e comunidades.

⁸ O Projeto *Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de modernização e democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento* é fruto de uma parceria entre pesquisadores do Laboratório ETERN-IPPUR/UFRJ e o Núcleo Brasil Sustentável: alternativas a globalização neoliberal, da FASE. Nasceu das demandas dos movimentos sociais e sociedade civil organizada por modelos alternativos de avaliação ambiental que dissemine os pontos de vistas dos grupos sociais potencialmente afetados e potencialize as implicações políticas nascidas da opção por este foco.

⁹ A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA Brasil) é uma articulação nacional de 34 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos DHESCA. As Relatorias Nacionais em DHESCA são inspiradas nas Relatorias Especiais da ONU e funcionam como um mecanismo de monitoramento da situação dos direitos humanos no país, visando a radicalização da democracia e o fortalecimento de uma cultura de direitos.

Num primeiro momento, este artigo desenvolve uma breve discussão sobre o atual contexto de flexibilização do licenciamento ambiental a partir de documentos do Banco Mundial sobre o tema; em seguida, ele apresenta e analisa o refinado parecer de indígenas da etnia Xipaya e Juruna sobre os impactos que a implantação da Usina em áreas contíguas aos seus territórios trará para suas respectivas comunidades. Trata-se de um exercício de *se levar a sério* a perspectiva daqueles que conhecem melhor do que ninguém as dinâmicas ecossistêmicas e políticas da região, e propor que sejam escutadas e respeitadas, tendo em vista a sua complexidade analítica e capacidade de elaboração de prognósticos. Por fim, a partir da análise das redações de crianças ribeirinhas, estudantes de uma escola do município de Senador José Porfírio, discuto os múltiplos sentidos dos chamados “aproveitamentos” do rio Xingu. Se houvesse equidade haveria Belo Monte?

2 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS GRUPOS ATINGIDOS

Os representantes indígenas entrevistados (Xipayas da aldeia Tucumã no rio Iriri, Jurunas da TI Paquiçamba, na Volta Grande do Xingu, e indígenas moradores da cidade de Altamira) salientaram a desconsideração das especificidades das comunidades indígenas no processo de licenciamento, por parte dos órgãos públicos responsáveis e do empreendedor. Esta desconsideração se deu em três planos: (1) a ausência de informação confiável em linguagem apropriada sobre os reais impactos da Usina sobre os indígenas; (2) a ausência de reuniões e audiências públicas para que os indígenas fossem ouvidos; e (3) a subestimação do número de indígenas moradores da cidade de Altamira e daqueles que vivem na zona ribeirinha, que serão igualmente impactados e foram considerados como “população em geral” e não como indígenas. Afirmo indígena da etnia Juruna: “Na aldeia são 18 famílias, mas nós temos muito parente espalhado, parente que mora na cidade, parente ribeirinho, que vive na margem do rio. Como é que eles vão ficar?”

Os indígenas entrevistados expressaram o temor de serem obrigados a estabelecer uma relação de dependência com as empresas responsáveis pela construção e operação da usina. A partir do conhecimento pessoal da experiência histórica de outros povos indígenas em Tucuruí, esses indígenas repudiam a situação de submissão que observaram vigorar entre empresas e povos indígenas impactados. Nas palavras de uma liderança Xipaya: “Fui entrando no movimento, fui a reuniões e encontros, fui até Tucuruí ver a usina; e os indígenas

que estavam lá, os Parakanã, hoje são governados pela Eletronorte.” A atual dependência dos Parakanã em relação à Eletronorte é também apontada por um pescador entrevistado, morador de Altamira: “Na aldeia dos Parakanã, os índios estão todos comprados pela Eletronorte”.

Por outro lado, os indígenas denunciam a presença sistemática das empresas nas aldeias, que oferecem presentes para lideranças mais velhas e assim engendram divisões internas ao grupo, provocando disputas não desejadas entre parentes:

O maior impacto que eu acho também é que às vezes, por exemplo, eu e ele, nós somos parentes, mas devido à empresa colocar tanta coisa na cabeça dele, ele vai e fica contra eu. Isso já acontece lá dentro da nossa aldeia, porque eles ficam indo lá e dando presentinho, só pra eles. Quando a gente vai falar contra, eles acham ruim. Ficam colocando os parentes uns contra os outros, até os parentes se confrontar” (indígena da etnia Juruna).

A construção da barragem, dos gigantescos canais por onde se desviará o rio e a instalação da usina propriamente dita, criarão impactos a montante do barramento principal (onde se situa Altamira, que será inundada) e a jusante deste barramento (a região da Volta Grande do Xingu, que sofrerá com a forte redução da vazão do rio). Assim, os impactos são de duas ordens: algumas áreas encherão e outras secarão, o que transformará completamente o regime de cheias e vazantes em torno do qual se organiza a vida dos povos da região. Os impactos na pesca, por exemplo, base da renda e da dieta dos povos ribeirinhos e indígenas, são imprevisíveis. Os indígenas explicam que, com o rio permanentemente cheio a montante, dificilmente será possível capturar os peixes; e com o rio permanentemente seco a jusante, observar-se-á uma rápida escassez deste recurso vital: “Caso venha a barragem, uma parte vai secar, aí os peixes vão morrer; a parte que vai encher vai ficar muito funda, a gente não vai conseguir tirar o peixe de lá” (Entrevista com indígena Juruna).

Entre os Juruna da TI Paquiçamba e os Arara da TI Arara da Volta Grande, a pesca e a agricultura são as bases de sustentação da vida da comunidade. Sem a fertilização natural das terras oriunda da dinâmica de cheias e vazante do rio, inviabiliza-se a agricultura. Entre os Juruna, que cultivam o cacau, esta é a principal fonte de renda. Os indígenas que vivem fora das aldeias, na cidade de Altamira, também perdem uma importante fonte de renda com a inviabilização da pesca, que funciona como uma espécie de “amortecedor social” em conjunturas em que a renda cai. Segundo um indígena Juruna, morador de Altamira:

A renda nossa é a pesca, a gente também mexe com agricultura, a gente tem um plano de plantio de cacau, é a renda maior que tá tendo, é o ouro

aqui da região de Altamira. Dá ligeiro, 4-5 anos já tira a produção, dá para se sustentar e formar um filho seu. O peixe é para se sustentar mais no dia a dia (Entrevista com indígena Juruna).

Se chegar a acabar a pesca, a gente tá *caçado*. Altamira hoje praticamente vive da pesca. Se você não tem trabalho, vai para o rio, tira 50-60 quilo de peixe e isso aí já lhe tirou do aperreio tanto como alimento como para vender e comprar um material de escola dos filhos, uma roupa, um calçado [...] (Entrevista com indígena Juruna).

Os indígenas da Volta Grande destacam em suas falas a dimensão de incerteza e desinformação sobre questões essenciais para sua vida, como é o caso da interrogação sobre o que acontecerá com a qualidade da água na região. Eles destacam não ter recebido informações precisas por parte da Eletrobras, da FUNAI ou do IBAMA sobre a qualidade da água, uma vez iniciadas as obras da barragem e da usina. Note-se que os moradores da TI Arara da Volta Grande até hoje não têm acesso a nenhum sistema de tratamento de água e temem a contaminação das águas do rio com os dejetos oriundos da construção da barragem, dos canteiros e do bota-fora.

Se a gente pergunta sobre a como vai ficar água, eles falam ‘isso aí a gente vai dar um jeito’, mas que jeito eles vão dar? A gente quer saber qual o tipo de jeito, mas não dizem claramente. A gente vai poder beber essa água? Hoje, a gente toma banho e vive em paz, acho que somos pessoas saudáveis, ninguém anda com dor, cheio de coceira, tomando remédio. Numa obra disso aí, usa muita química, bomba pra destruir pedra, tudo isso vai ser usado. E como é que vai ficar a água da gente? Como a gente vai fazer para tomar banho e para beber? (liderança Juruna da TI Paquiçamba).

Outra preocupação destacada pela fala dos indígenas foi a provável contaminação das águas do rio pela vegetação que será submersa pelo reservatório e entrará em decomposição. Algumas espécies são conhecidas pelos indígenas como tóxicas ou venenosas e podem levar à grande mortandade das espécies de peixes que vivem no rio.

Em Tucuruí durante uns 15 anos não tinha um peixe para você pescar. Não vai ser diferente aqui pra gente não, talvez até pior. Aqui no rio Xingu tem muita ilha, com aquelas árvores que servem de veneno, como o *jaborandi*. O pessoal que tira as folhas dela tem que beber muito leite, senão intoxica, ela é venenosa. Se alagar, ela vai pro fundo e essa bicha vai ficar destruindo o fundo d’água. Tenho certeza que não vão desmatar essas ilhas antes de fazer o reservatório. As ilhas aí tudo tem o *timbó*, que é um cipó venenoso. Se bater o *timbó* na beira d’água não sobra um peixe. Isso eles nunca passaram para a população, nenhuma coisa dessas, mas nós sabemos que tem [...] (indígena da etnia Juruna).

Nas palavras de uma liderança Xipaya:

Os índios do rio Bacajá, os Arara dos Maia, os Juruna, o Trincheira vai ficar numa situação muito difícil, porque vai secar. Eles vão passar fome, onde é que vão pescar? Como é que vão trazer o produto para vender? E para nós o rio já vai encher, nossa aldeia vai pro fundo totalmente. Todas as aldeias vão ser atingidas: até o Kikretum e Gorotira, duas aldeias dos índios Kayapó, porque vai ter gente indo pescar lá pra cima [...] (liderança da etnia Xipaya).

Os indígenas entrevistados apontaram que nenhuma autoridade reconhece a qualidade de vida que têm hoje em suas aldeias e as conquistas em termos de infraestrutura que obtiveram ao longo dos anos. Segundo eles, essa dimensão de suas vidas não aparece nos estudos e nos discursos da Eletronorte, que os apresentam como “miseráveis”. Afirmo uma liderança Xipaya:

Eles nunca disseram ‘a gente vai dar outra aldeia para vocês em outro lugar com toda a estrutura que vocês têm aqui’. Eu quero saber: vai ter a estrutura que a gente tem lá hoje? Hoje tem posto de saúde, auxiliar de enfermagem, escola, cada qual tem sua casa com banheiro dentro de casa, planta o feijão, o arroz, a mandioca para fazer a farinha. Tudo dentro da aldeia. Se a barragem chegar, como é que a gente vai se estruturar de novo? Ou vão dar outra aldeia com toda essa estrutura? (liderança da etnia Xipaya).

Os indígenas chamam a atenção para as diferentes fontes de riquezas que obtêm de suas terras e para a composição diversificada de sua renda, que lhes garante uma boa qualidade de vida, diferentemente da imagem de pobreza ou miséria comumente associadas aos grupos indígenas:

Nas aldeias tem a terra, vamos plantar batata, macaxeira, o inhame, o feijão, urucum, cacau, tudo. Tudo o que você planta, se você trouxer dá dinheiro aqui [na cidade]. Não tem como a comunidade ficar na miséria. Aí vem o benefício, o bolsa família, o peixe, a caça (que a gente traz para o consumo próprio), o artesanato, que tem uma boa saída. Não é a barragem que vai trazer o futuro desse povo. (Juruna da TI Paquiçamba).

Além da composição propriamente material da qualidade de vida, outra dimensão não avaliada pelos EIA é a perda de elementos incomensuráveis da qualidade de vida nas aldeias: a segurança e a liberdade. Obrigados a se mudar para a cidade, em função da inviabilização da pesca e da proliferação de doenças, os Juruna preocupam-se com a vida insegura na cidade e vislumbram um horizonte de encarceramento e perda de liberdade. Afirmo um indígena da etnia Juruna da TI Paquiçamba:

Que adianta eu ter dinheiro de indenização e morar na cidade e ser perseguido? Se você tem dinheiro, vai ser perseguido por um ladrão, um assaltante, um sequestrador. Lá na aldeia eu tô no paraíso, ninguém vai mexer comigo lá, tenho meu dinheiro pra comprar minhas coisas, tem meu cacau, minha produção ta lá, tenho certeza que ninguém vai pegar minha produção e carregar. Se tiver dinheiro no banco, podem me roubar. Na minha casa, chego às 8 horas da noite, abro a porta, deito na minha rede e passo a noite todinha com a porta da minha casa aberta, aqui na cidade não vou fazer isso. Aqui é na tranca, na grade. Lá eu tô liberto, tô no paraíso, ninguém vai mexer comigo se eu não mexer com ninguém. Isso é a preocupação da gente, de ter que vir pra cidade. Você não vai poder dormir com sua casa aberta, vai ter que ficar com a casa trancada, seu filho não vai poder ficar andando liberto por aí. Isso tudo pode acontecer com a vida da gente (indígena da etnia Juruna da TI Paquiçamba).

Como consequência da percepção de que há uma gama variada de fontes de riquezas nas terras indígenas que não estão sendo levadas em conta no processo de tomada de decisão sobre a Usina, os representantes indígenas desenvolveram a percepção de que estão sendo indevidamente expropriados de seus recursos, em benefício de terceiros com os quais não possuem nenhuma relação. É o que conclui um Juruna morador de Altamira:

Só sei que pra gente aqui [a Usina] benefício nenhum vai trazer, porque diz que essa energia não vai servir para cá. Estão tirando o que é da gente e dando pra outro que não tem nada a ver com a gente aqui. Eu sinto como se a pessoa tirasse da boca da gente para dá para os outros (indígena da etnia Juruna, morador de Altamira).

Outra grande fonte de preocupação e angústia para as comunidades indígenas e ribeirinhas refere-se às informações desencontradas, veiculadas sobre a barragem e a usina. Devido aos órgãos públicos estarem em sua maior parte favoráveis à construção da usina, sua tendência é minimizar os impactos ou simplesmente omiti-los. Em consequência, os indígenas afirmam que muitas vezes não sabem em quem confiar, o que gera uma situação de incerteza e angústia permanente entre eles.

Eles chegam eles falam as coisas, mas é aquela situação: eles não dão uma certeza de como é que vai ser. Sempre eles falam umas coisas e a gente acaba sabendo outras coisas. Essa é a preocupação da gente [...] (indígena Juruna morador de Altamira).

Não dá pra confiar. Eles falam a coisa de um jeito, a gente pensa que é de um jeito, quando vê é de outro. Nos primeiros estudos que foram embargados, a barragem tinha 90 e poucos metros de altura, hoje eles falam em 18 metros de altura. Não dá pra saber (indígena Juruna da TI Paquiçamba).

Um exemplo disso é o caso do chamado “sangradouro”, um vertedor por onde extravasará o excesso de água da barragem a ser construída. Quando o nível da água do reservatório subir muito rapidamente, como na época de chuvas, essa água em excesso será lançada a jusante da barragem, fazendo com que o nível do rio – que estará baixo devido ao desvio – suba repentinamente. No caso dos Juruna do Paquiçamba, que vivem abaixo deste vertedouro, uma incerteza a mais se soma às muitas incertezas quanto aos impactos do projeto em suas vidas. Se hoje é possível prever, por exemplo, a plantação dos roçados, em função da época do ano e da vazão do rio, há o temor pertinente de que este sangradouro modifique abrupta e repentinamente o ritmo das vazões, inviabilizando a pesca, a agricultura e – mais do que isso – colocando em sério risco a segurança dos moradores ribeirinhos confrontados com o aumento instantâneo da vazão. Nas palavras de um juruna da TI Paquiçamba:

Se essa barragem não suportar e eles abrirem esse sangradouro, como vai ficar o pessoal que tá do lado de baixo? Vai correr um sério risco. A pessoa não tá esperando. Eles [os operadores da barragem] não querem nem saber, encheu aqui eles abrem e não querem saber quem vai ficar por baixo no fundo d’água. Isso é um perigo na minha opinião. Se perder só objetos pessoais ainda é bom, mas e se perder a família? E se perder todo mundo? (indígena Juruna da TI Paquiçamba).

Outro item desconsiderado pelo EIA e pelos empreendedores é a questão dos impactos do projeto da usina na saúde mental da população, algo que já acontece, independente da usina existir ou não, em função das incertezas da população sobre o seu destino. Por isso, pode-se afirmar que “atingido” não é apenas aquele que sofreu algum impacto após a construção do empreendimento. Muito antes da obra se concretizar, uma enorme gama da população já foi, em algum grau, atingida em sua saúde mental (e, em consequência, em sua saúde física):

Eu tiro pelo meu pai que tá com 81 anos, e minha mãe que tá com 78 anos, que tiveram uma dificuldade tão grande para criar a gente e hoje eles veem os filhos e os netos podendo sofrer uma série de problemas. Tudo isso tira o sono deles, já tem impacto emocional aí [...] (indígena Juruna, morador de Altamira).

A gente tem aquela preocupação. Hoje eu vivo num bairro que alaga, o Açaizal, é difícil morar ali, mas não tem outra opção, ali é nossa casa, nosso lazer, é tudo o que a gente tem, é lá onde eu construí a minha vida. Eu deito à noite e tenho essa preocupação. Não sei o que vai acontecer se essa barragem sair. Para onde eu vou? Porque eu não tenho uma terra, não tenho lote. Se até a minha aldeia vai para o fundo, eu vou para onde? (indígena Xipaya, moradora de Altamira).

Uma preocupação central dos Juruna da TI Paquiçamba é a questão da proliferação dos carapanãs, mosquitos transmissores da malária, que se reproduzem durante o verão (seca), quando a vazão do rio diminui e a água fica empoeçada, criando o ambiente favorável para sua proliferação. Localizada na área em que o rio sofrerá uma diminuição drástica de vazão, os moradores indígenas da TI Juruna (bem como os Arara e ribeirinhos da região) irão sofrer com a proliferação de doenças.

A gente sabe que quando foi construído Tucuruí teve muita doença. Aqui mês de agosto tem muita praga, o mosquito carapanã [transmissor da malária]. Se o rio secar, ele vai ficar permanente naqueles poços d'água. É dia e noite atacando. Tem que ficar debaixo do mosquito. Quando o rio enche, cobre o pedral, mas quando seca, ficam as poças [...].

O RIMA de Belo Monte¹⁰ traz a informação de que no Trecho de Vazão Reduzida (Volta Grande do Xingu) haverá impactos devidos à “Formação de poças, mudanças na qualidade das águas e criação de ambientes para mosquitos que transmitem doenças [...]”. As consequências negativas da formação de poças são muitas: a água fica parada, prejudicando não só a sua qualidade, como também formando ambientes mais fáceis para a criação de mosquitos que transmitem doenças, como a malária (RIMA, ANO??, p.131).

O que o RIMA não diz, mas que é consequência lógica do que afirma, é que o aparecimento de epidemias de malária inviabilizaria a vida nas aldeias, bem como da população ribeirinha e dos assentamentos da região. Os indígenas afirmam que evidentemente não permanecerão num local onde haja doenças e que serão, portanto, obrigados a mudar-se para a cidade ou para outra localidade:

Se vai ser a barragem, a gente vai se prejudicar, porque vai ter muito inseto. Mas a gente não vai ficar naquela miséria, a gente vai ter que mudar. Quem espera tempo ruim é lajero [pedra], vem o verão ele fica naquele solzão quente e vem o inverno ele passa seis meses debaixo d'água. Então a gente não vai ficar sofrendo lá com carapanã, inseto, doença, morrendo, a gente vai ter que se mudar pra outro canto: pra cidade ou pra outro canto [...] (indígena Juruna da TI Paquiçamba).

O RIMA aponta que um dos impactos imediatos da construção de Belo Monte seria o aumento da pressão populacional sobre as terras e áreas indígenas (ELETROBRAS et al., 2009, p.85), que significaria pressões das populações imigrantes sobre as TIs e seus recursos naturais, aumento da disseminação de DSTs e maior exposição dos indígenas ao alcoolismo, à prostituição e às drogas (Eletrobrás et al., 2009, p.85). Durante a fase de estudos, os indígenas da TI Arara

¹⁰ Eletrobrás/MME/Andrade Gutierrez/Camargo Corrêa/Odebrecht/Leme Engenharia, 2009.

da Volta Grande do Xingu levantaram a apreensão com a possibilidade de ocorrer o retorno de parentes índios que vivem nas cidades, e o aumento da população de não índios que já vive na terra, gerando conflitos internos e insegurança territorial (ibid., p.83). Ora, evidentemente com a construção de um empreendimento do vulto de Belo Monte, a pressão do aumento da imigração regional sobre as terras indígenas não se restringirá as duas TIs da chamada “Área de Influência Direta”, aumentando igualmente nas outras sete TIs que serão impactadas, bem como nas Unidades de Conservação da região.

O documento “Situación de la población afectada por el megaproyecto de la represa de Belo Monte, estado de Pará, Brasil” (2010, p.10)¹¹, destaca a subestimação do número de pessoas que serão impactadas pelas obras de construção e pela operação da Usina. Afirma o documento:

O EIA também subestima a população afetada pela represa. O estudo se utiliza da média de três pessoas por lar ou por família nuclear, quando sabemos que, na prática, esta média pode variar de 5 a 7 pessoas por lar. Assim, por exemplo, subestima a população que vive nas reservas extrativistas da região [...] afirmando que nessas zonas vivem apenas 350 famílias, quando se sabe que há mais de 11.700 pessoas vivendo nesta área”.

Some-se a isto o fato da intensa mobilidade indígena ser simplesmente ignorada pelo EIA-RIMA, bem como o fato de as famílias indígenas serem numericamente amplas: uma família nuclear indígena é facilmente composta por 8 a 10 pessoas.

Uma das consequências mais conhecidas da instalação de grandes obras em uma determinada localidade é a atração de mão de obra volante, que se desloca para a região em busca de uma vaga nos postos de trabalho que aí se criam. A própria cidade de Altamira se constituiu enquanto centro urbano regional a partir de processo semelhante, efeito das obras de construção da Transamazônica, até hoje inacabada. O indígenas entrevistados mostram-se especialmente preocupados com as consequências da chegada de dezenas de milhares de pessoas à região, uma vez que já enfrentam a falta de infraestrutura urbana e de serviços sociais básicos em Altamira.

Eles falam em 36 mil pessoas. É assim: de empregado mesmo, vai ser 18 mil, mas tem sempre os casados, os que vem por conta própria. A gente pensa que vai vir umas 70 mil pessoas. O hospital não tá dando conta nem

¹¹ Encaminhado em março de 2010 ao relator especial da ONU sobre Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas, James Anaya, e assinado por redes e organizações da sociedade civil como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Justiça Global, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto Socioambiental (ISA) Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA) e Rainforest Foundation (US).

agora com a população nessa quantia, imagina com as pessoas que vão estar vindo e com as doenças que vão chegar. Altamira auxilia toda uma região aqui, Senador, Anapu, Porto de Moz [...] (indígena da etnia Juruna).

Citam ainda o aumento do déficit habitacional na região – que já é altíssimo – o recrudescimento da violência, o aumento da prostituição e a intensificação do processo que já vem de longa data, de invasão de terras indígenas e unidades de conservação. O caso é particularmente preocupante para os Juruna da TI Paquiçamba e do Km 17, que vivem em uma área muito próxima ao local previsto para a instalação do canteiro de obras principal. Em suas palavras:

Altamira não tem suporte, vem esse monte de gente, onde vai ficar esse pessoal? A cidade não tem suporte para aguentar mais 7, 8 mil pessoas. Vai vir mortalidade, prostituição, coisas que já acontecem na nossa cidade, imagina se esse povo vir para cá? (Indígena da etnia Xípayá).

E se vier isso, vai ter muita gente de fora. Só para começar vai ser 30 mil e poucas pessoas, só da obra, fora o que vem com a confusão da obra. Para onde vai esse pessoal? Eles não vão ter onde morar. Vai chegar esse pessoal e caçar conflito, morte. Eles não dão explicação para nós sobre pra onde vai esse pessoal quando acabar o emprego. Eles vão caçar lugar pra ficar. Lugar onde tem terra. Vai aumentar invasão de terra [...] (indígena da etnia Juruna).

Portanto, outro aspecto negligenciado pelo EIA-RIMA são os efeitos adversos da imigração populacional sobre as populações urbanas vizinhas ao empreendimento. Estas receberão dois tipos de impactos: aquele oriundo do êxodo dos grupos sociais vulnerabilizados que terão perdido sua fonte de subsistência, com a instalação da usina; e aquele da chegada em massa de uma população flutuante, da ordem das dezenas de milhares de pessoas, que já estão se concentrando nas regiões próximas às obras para absorção, durante o período de construção da barragem, dos canais e da usina – e que deverão aí permanecer posteriormente, sem quaisquer garantias de que continuem empregados. As cidades da região, de infraestrutura reconhecidamente precária e incapaz de dar conta das demandas atuais, viverão um processo de inchamento sem precedente; e caberá aos poderes públicos locais arcarem com o ônus desse processo de urbanização maciça repentina.

Os indígenas e ribeirinhos entrevistados destacaram, ainda, um problema completamente ignorado pelos Estudos de Impacto Ambiental: os limites temporais das indenizações. Se a quantificação dos danos materiais e imateriais a que serão submetidas comunidades inteiras já é algo em si questionável, os indígenas trazem uma objeção a mais: como indenizar vidas ainda por vir? Essas vidas estão hoje alicerçadas em sua capacidade de reprodução sociomaterial na

Terra Indígena onde vivem, mas quando esta é ameaçada de tornar-se inviável, agudiza-se a pertinência da indagação dos povos indígenas sobre o que deverá acontecer às gerações futuras:

E quando meu neto nascer? Se hoje eles estão indenizando 2, 3 – e o outro que for gerado vai viver do quê? E as casas onde moram 2, 3, 4 famílias? (indígena da etnia Xipaya);

Nas aldeias, a tendência é crescer todo tempo, então o que acontece? Se um filho da gente casa, com 30 anos ele já pode ter 9 filhos e aí isso multiplica o número que eles deram [de pessoas a serem indenizadas]. Será que a indenização vai dar até o final da vida dele? Pros filhos dele? Pros netos dele, será que vai dar? Então a gente tá preocupado com isso, com meus filhos, com os filhos deles. E mais: aqui na margem do rio Xingu tem muita gente que tem terra, mas não tem nenhum tipo de título, de documento pra legalizar terra e conseguir indenização (indígena da etnia Juruna).

3 RUPTURAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS

Segundo o RIMA, a chamada Área Diretamente Atingida (ADA) se restringe às áreas inundadas e às áreas das obras da estrutura de engenharia (barragem, canteiros, estradas de acesso, bota-fora). As demais áreas são definidas como “áreas de influência”, expressão que induz à minimização dos impactos. Não se explicita em nenhum momento os critérios que levaram à definição das áreas de influência direta e indireta, apontando-se apenas para o caráter de vizinhança em relação à usina e ao reservatório.

Esta divisão não leva em consideração os impactos cumulativos da obra, que atingirão, sobretudo, os grupos indígenas e populações tradicionais que se encontram fora da chamada “Área de Influência Direta” (AID). Assim, das nove terras indígenas afetadas pelo projeto, apenas duas são definidas pela Eletronorte como estando dentro da AID; as outras sete foram alocadas arbitrariamente na chamada “Área de Influência Indireta”. Do mesmo modo, os índios que moram nas cidades, como habitam as margens de Igarapés e do rio Xingu, seriam diretamente afetados. No entanto, por estarem fora das aldeias – posição, diga-se de passagem, altamente mutável ao longo do tempo, uma vez que é prática comum entre os indígenas as idas e vindas das aldeias – não recebem quaisquer tratamento diferenciado. Observa-se, assim, que os impactos ambientais incidem sobre um espaço no qual não se encontra uma população estagnada, mas grupos sociais que circulam, fazendo amplo uso do rio como meio de locomoção, de trocas econômicas e de criação e manutenção de laços propriamente sociais.

A interrupção do fluxo de um rio através de uma barragem vai além da ruptura de um fluxo material de matéria orgânica e da consequente imposição de limites para a viabilidade da vida aquática. A barragem interrompe adicionalmente fluxos de trocas simbólica e material entre grupos sociais que serão apartados abruptamente por uma barreira artificial. Suspende-se assim as práticas cotidianas – visitas, comércio, transporte, lazer, práticas rituais e religiosas – que solidificam os laços de parentesco e amizade entre grupos que – mesmo habitando localidades diferentes – entendem-se enquanto unidade, como é o caso dos indígenas que vivem ora nas aldeias, ora nas cidades, ora nas áreas ribeirinhas e têm na mobilidade uma dimensão importante de sua organização social.

No caso dos Juruna e dos Xipaya, esta questão se evidencia como nenhuma outra. Embora parte dos Juruna e parte dos Xipaya viva fora das aldeias, na cidade de Altamira ou “espalhados”, como dizem, Jurunas da cidade e Jurunas das TIs se veem enquanto um só grupo, assim como os Xipaya da cidade e da aldeia. São comuns as idas e vindas constantes entre cidade e aldeia; passam-se meses do ano ou períodos da vida em um e em outro lugar. Entre os Xipaya, conhecemos casos de pessoas que nasceram fora da aldeia, cresceram na aldeia, foram estudar na cidade e voltaram a viver na aldeia como professores ou agentes de saúde. Há o caso de jovens que nasceram na cidade e alimentam o desejo de ir viver na aldeia após completar os estudos. Há ainda os que nasceram na aldeia e costumam passar períodos do ano na cidade, vivendo da pesca e de biscates, sem, contudo, abandonar seus roçados na aldeia.

Há, portanto, toda uma complexidade dos deslocamentos dos povos indígenas, que não pode ser reduzida a uma divisão socioespacial simplista, opondo cidade e aldeia. Há uma continuidade estrutural entre esses espaços e essa continuidade é garantida materialmente pela navegabilidade do rio. Não é difícil prever o que acontecerá com esses laços se o meio por onde se tecem for cortado.

Hoje em dia aqui no rio a gente não tem hora para andar. E se vier a barragem, como a gente vai passar? Como vai fazer pra visitar o parente que mora mais pra baixo? (índigena da etnia Juruna).

Vai ficar difícil visitar os parentes. Com a enchente, eles dizem que vão abrir um canal, mas vai ser difícil, com não sei quantos metros de altura, como é que vou passar por baixo dessa barragem? Hoje não, pego um barco aqui e vou parar lá no porto da aldeia entre 5 e 7 horas depois. Depois da barragem eu não sei como vai fazer para chegar até lá [...] (índigena da etnia Juruna).

Os indígenas lembram-nos, por fim, que muitos de seus cemitérios localizam-se nas ilhas que seriam alagadas pelo reservatório. Embora a questão

da relação destes grupos indígenas com seus mortos não esteja no escopo do presente trabalho, vale anotar aqui a observação de um dos indígenas juruna entrevistado: “a memória das pessoas vai ficar no fundo do rio.”

CONCLUSÃO: OS MÚLTIPLOS APROVEITAMENTOS DE UM RIO

Para que serve um rio? Para pescar, para banhar, para navegar, para amamentar. Sim, as mulheres indígenas e ribeirinhas costumam levar seus bebês para banhar-se no rio e alimentam-nos ali mesmo, dentro d’água, onde as crianças flutuam tranquilas abraçadas ao seio materno. Um rio tem muitos “aproveitamentos”, muito mais do que geralmente se imagina. É o que ensinam as crianças e populações indígenas que vivem à beira do rio Xingu. Em novembro de 2009¹², visitamos a comunidade ribeirinha Vila da Ressaca e a Terra Indígena Arara, ambas na Volta Grande do Xingu, região que seria a mais atingida no caso da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Se construída, a barragem desviaria o curso do rio Xingu, diminuindo drasticamente sua vazão, o que inviabilizaria as inúmeras relações que os povos que aí vivem mantêm com o rio. Hoje, os usos e sentidos que o Xingu possui para os grupos sociais que dele e com ele vivem, são plenamente compatíveis entre si. Uma vez construída a barragem, o único uso possível do rio seria como força motriz para geração de energia – para quem?

Basicamente para suprir grandes projetos de mineração, siderurgia e demais indústrias eletrointensivas altamente poluentes, que respondem pela maior fatia do consumo energético nacional e pagam as menores tarifas, subsidiadas por nós e nossas contas de luz cada dia mais caras. Mas, qual o sentido para as comunidades locais e para a sociedade brasileira como um todo da produção de energia voltada em grande parte para a indústria siderúrgica e do alumínio? Desejamos alimentar com nossos rios, por exemplo, a demanda do mercado por chapas de aço para a insustentável expansão da frota de automóveis individuais, que vêm tornando insuportável o deslocamento em nossas cidades? Aceitamos que nossas riquezas sejam espoliadas segundo a lógica de uma “acumulação

¹² A Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente/Plataforma DHESCA aí realizou uma missão para apurar as denúncias de violações de direitos humanos durante o processo de licenciamento de Belo Monte. Com o apoio do Movimento Xingu Vivo para Sempre, da FASE Amazônia, FAOR e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, realizou-se uma oficina de produção de textos com as crianças da Escola Municipal Luiz Rebello, Vila da Ressaca, município de Senador José Porfírio. As citações que se seguem são transcrições literais de trechos de 20 redações escritas por crianças entre 7 e 14 anos da escola. Agradecemos às crianças, ao corpo docente e à direção da escola pelo apoio nesta atividade.

primitiva permanente” geradora de “deprecação cultural, desfiliação, degradação ambiental e predação de pessoas e espaços geográficos” (BRANDÃO, 2010). Em outras palavras, desejamos crescer a qualquer custo?

A perspectiva da justiça ambiental indaga: E se os processos de tomadas de decisão política incorporarem seriamente como critério que não deverá haver impactos desproporcionais de grandes obras sobre grupos sociais vulnerabilizados? E se esses grupos puderem fazer ver e valer o seu modo de vida e terem respeitados os muitos aspectos não monetarizáveis de seu mundo? E se os grupos potencialmente atingidos puderem mostrar para a sociedade abrangente todas as suas riquezas incomensuráveis em relação às quais o nosso modo de vida – baseado no consumo incessante e no uso predatório dos recursos naturais – é cego? O que há no rio Xingu que não pode ser simplesmente esmagado e transformado em mercadoria? O que é este rio para os povos indígenas e ribeirinhos que ali vivem?

Para se ter uma ideia das riquezas naturais encontradas no rio Xingu, basta saber que ele sozinho contém mais espécies do que todos os rios da Europa juntos. O conhecimento da vasta – e ainda pouco estudada – biodiversidade local não escapa às crianças que aí vivem: “*No rio Xingu nós temos muitos peixes como: o pirarara, o tucunaré, o caratinga, a bicuda, a cachorra, o piau, a matrixã, o tambaqui, o curimatã, caratinga, muitas arraiais de fogo, o pirarucu e também o pacu-folha, o pacu e o tracajá*”. A biodiversidade “cultivada” pelos povos que aí vivem também é por eles destacada: “*nós plantamos a cana, o cupuaçu, a graviola, a manga, o abacaxi e muitas verduras e frutas. Na roça, que depende das águas do rio, as pessoas vivem muito bem com seu cultivo, o cacau, o arroz, o feijão, o milho, a banana, o açaí, a melancia, o tomate, a laranja também*”. As crianças assinalam, ainda, a diversidade de espécies animais do Xingu: “*Na fauna são bonitos os animais como a arara, o macaco e o periquito, os pássaros voando na água e os peixes pulando de um lado para o outro. E lembrando das caças: o veado, a paca, a cutia, o porcão do mato e a onça, que devem ser preservados*.”

Os usos do rio para transporte e lazer – que seriam inviabilizados no caso da construção da barragem e da usina – são também lembrados. Num jogo de palavras perspicaz, o menino Marcos, de 12 anos, nos revela que “*no rio Xingu há muitos aproveitamentos*”, enquanto o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte suporia a imposição de um único uso do rio, incompatível com os demais: *nele eu tomo banho, pesco, lavo roupa, vou às praias, cachoeiras e ando de barco. Nós podemos viver da pesca e ir à praia domingo comer peixe assado, o nosso grande e famoso cari*”.

A reação virulenta do governo brasileiro à pertinente decisão da OEA de solicitar a imediata suspensão do licenciamento de Belo Monte, pelo fato das Oitivas Indígenas não terem sido cumpridas, indica uma opção política clara por

um desenvolvimentismo predatório, ao custo da supressão da viabilidade dos modos de vida dos povos do Xingu. Ora, o governo não fez oitivas porque, se as fizesse, os indígenas simplesmente não aceitariam a construção da usina. Qual grupo consentiria assinar de bom grado sua sentença de morte? Quem aceitaria deixar de lado um modo de vida autônomo para tornar-se objeto de “medidas mitigatórias” oferecidas por grandes empreiteiras que não conseguem nem ao menos garantir condições dignas de trabalho em um canteiro de obras – vide o caso da Usina de Jirau, em Rondônia? Afirma o indígena José Carlos Arara: “*Não queremos ser parasitas dos outros. Não aceitamos medidas mitigatórias. Queremos continuar a plantar e pescar e manter nossa vida como ela é hoje*”.

A desestruturação do rio é indissociável da desestruturação de modos de vida. As sociedades indígenas e ribeirinhas não dependem do rio apenas para a sua subsistência – o que em si já seria muito – mas a própria constituição de pessoas nesses coletivos se faz a partir de uma relação completamente integrada às dinâmicas do rio. Como afirma Watatakalu Yawalapiti: “*O índio vive do beiju e do peixe. A minha comunidade não consegue viver sem o peixe. E o rio Xingu é o que dá o peixe pra gente. Se morrer o Xingu, a gente morre junto, porque o rio é tudo para nós*”¹³. Ou ainda a fala indignada da Tuíra Kayapó, em audiência pública no Senado Federal, em dezembro de 2009: “*o rio Xingu é meu pai, o rio Xingu é minha mãe. Vocês dizem na minha frente que vão matar o meu pai, que vão matar a minha mãe*”.

No Relatório de Impacto Ambiental as empresas propõem compensar com dinheiro o que não tem preço, através de um “*Projeto de Reparação*”, que “*deverá reconhecer as perdas não materiais sofridas pelas pessoas atingidas, ligadas à cultura e ao sentimento das pessoas com a região a ser afetada, recompensando materialmente e ajudando a recompor seu modo de vida*” (RIMA Belo Monte, 2009, p.157).

As crianças do Xingu apresentam um quadro muito lúcido das perdas incomensuráveis que Belo Monte causaria: “*Se a barragem sair, nós vamos perder casas, morrem os animais que criamos, não vai ser possível pescar bem, andar de barco, nem de canoa. Pode acontecer muitas desgraças para os animais e os pássaros. Os peixes não vão mais reproduzir se o rio não encher. Os animais que gostam de beber e se banhar nessas águas do rio com tanta vontade vão ficar muito tristes, porque não vai ter mais estas águas, só secura imensa. A dinâmica da proliferação de doenças como a malária é por elas evidenciada: “Se o rio secar, vem muita praga de mosquito carapanã, vão trazer muitas doenças e não vai dar para nossa comunidade se deslocar para outro lugar.”*

Numa região em que o rio é o principal meio de transporte, muitas crianças perderão o direito de estudar, já que não terão meios de acessar a escola:

¹³ Depoimento retirado do documentário: Povos do Xingu contra a construção de Belo Monte, do Greenpeace. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZmOozYXozb8>.

“se o rio secar eu não vou poder vir estudar aqui na Ressaca”. Os moradores ribeirinhos – muitos dos quais descendentes de imigrantes nordestinos – perderiam seu pedaço de terra arduamente conquistado: *“Se a barragem sair, muitos moradores não terão indenização, porque não têm documentos de casas e terrenos”*.

Por fim, as crianças traçam o quadro de desalento e miséria que seria trazido pela construção da barragem e lançam à sociedade um apelo à resistência: *“Algumas pessoas que sobrevivem da pesca não vão ter como pescar, porque exatamente o rio vai secar todo para as pessoas da Volta Grande, enquanto que para as pessoas de Altamira o rio vai aumentar e as casas vão se alagar. Com a construção da barragem, o peixe irá faltar, a fome chegará, as pessoas não terão de onde tirar o que comer. Não vamos ter condição de fazer casas para nós morarmos, nem condição para comprar roupa, móveis, nós vamos perder muita coisa aqui dentro. Nós temos que impedir essa barragem sair”*.

Como se vê, as crianças e populações indígenas do Xingu têm muito a nos ensinar. Eles nos mostram, por um lado, que um outro modelo de produção e consumo – sustentável e democrático – já existe Brasil adentro. Este modelo, ou melhor, essas saídas sempre criativas e combativas dos que escapam à mercantilização do seu território e modo de vida vêm sendo arduamente defendidas pelos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores do rio Xingu. Esses grupos sociais – que alguns já chamaram de “entraves ao desenvolvimento” – são os poucos ainda capazes de traçar linhas de fuga em relação ao modelo de produção e consumo hegemônico e apontar saídas para os impasses societários que vivemos. As soluções que propõem não envolvem, porém, grandes empreiteiras, empréstimos vultuosos de bancos públicos, construções faraônicas e predação de pessoas. São mais simples e eficientes. Suprem necessidades e vontades e garantem autonomias. Desconfiam do tal “desenvolvimento”.

Os povos do Xingu nos mostram, enfim, que um outro mundo já está sendo possível há muito tempo, nós é que pouca atenção prestamos a ele...

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate. v.1. **Relatório Síntese**. Brasília: Banco Mundial no Brasil, 2008. 3v.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CARVALHO, G. **Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios.** Belém: FASE, 2010. Mimeografado.

ELETROBRAS et al. **Relatório de Impacto Ambiental: aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte.** Brasília, DF, 2009.

EVANS-PRITCHARD, E.E. (1950). Trabalho de campo e tradição empírica. In: **Antropologia Social.** Lisboa: Edições 70, 1985.

IBAMA. Parecer 114/09. **Análise técnica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte,** processo nº 02001.001848/2006-75. Brasília, DF: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, 2009.

LISBOA, M.; ZAGALLO, G. MELLO, C. **Relatório da Missão Xingu: violações de direitos humanos no licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte.** Brasília, DF: Plataforma DHESCA, 2010.

MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F. (Orgs). **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.** Belém, 2009. Mimeografado. Disponível em: http://boelllatinoamerica.org/downloads/Painel_de_especialistas.pdf

MALINOWSKI, B. (1922). **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOVIMENTO XINGU Vivo Para Sempre; Justiça Global; Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos et al. **Situación de lapoblación afectada por el megaproyecto de la represa de Belo Monte, estado de Pará, Brasil.** Documento encaminhado ao relator especial da ONU sobre Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas, James Anaya. Altamira, 2010.

VAINER, C.B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F.D. (Org.). **Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.** Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

